

## O INVENTÁRIO E SEUS ACTORES E ACTRIZES NO PANORAMA MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS

### Ecomuseu Municipal do Seixal

#### Património Flúvio-marítimo e identidade local

Elisabete Curtinhal, Ana Duarte, Fernanda Ferreira e Adelina Domingues  
(Técnicas superiores da equipa do museu com intervenção na área de inventário)  
Seixal – 21 / 04 / 2010

### 1. A inventariação, o inventariante e o Museu

Ana Duarte (A.D.): *(falando sobre o inventário de embarcações tradicionais)* A Elisabete tem um suporte de trabalho próprio, depois esse trabalho é encaminhado para as bases de dados do Museu que se relacionam também com inventário, mas não vai encontrar os barcos, o levantamento de barcos que a Elisabete está a fazer, nas bases de dados de objectos.

#### Onde é que inserem esses dados?

A.D.: Onde é que vamos inserir? Os barcos não são objectos do Museu, mas são obviamente Património Flúvio-marítimo (PFM) que interessa e se relaciona com aquele outro que é nosso, quer as nossas próprias embarcações, quer todo aquele que temos lá em baixo, que são as ferramentas que são usadas para fazer os barcos, aqueles barcos e outros barcos.

#### Então os dados que a Elisabete vai recolhendo, onde é que vão ficar?

Elisabete Cortinhal (E.C.): Neste momento, como a Ana dizia, numa ficha que nos criámos especificamente para o inventário de barcos que tinha em conta questões muito específicas tendo em conta o próprio objecto.

#### Digital ou em papel?

E.C.: Em ficheiro, em Word. Neste momento está tudo num dossier de trabalho meu, até porque é um trabalho que estou a realizar, que ainda estou a desenvolver. Mas a ideia sempre foi que, não como objecto gerido pelo Museu, sob o qual o Museu tem tutela, porque não é, mas como objecto inventariado gerido por nós, fosse inventariado pelo Museu.

A.D.: Essa foi uma das razões pela qual escolhemos esta base de dados.

#### Ou seja, foi criado para este tipo de situações.

Fernanda Ferreira (F.F.): A base permite ter registo de objectos, daqueles que são próprios da colecção do Museu, que são geridos pelo Museu, e permite, também, ter registo de objectos que não são geridos pelo Museu mas que são, de alguma maneira, relevantes para o seu património.

E.C.: Uma equipa multidisciplinar do Museu elaborou um documento que é a *Carta de Património do Seixal*, estamos a falar de património construído, imóvel, onde há uma identificação de uma série de vários edifícios, sítios, sítios arqueológicos... Lá está, estamos a falar de sítios que identificamos como tendo valor patrimonial, valor cultural, mas que não são geridos pelo Museu.

### E aí estão incluídas as vossas embarcações?

E.C.: Não, porque as nossas, estas três, são um acervo do Museu.

Aquilo que eu referia das embarcações do inventário são todas a embarcações que estão a navegar no Tejo, que são as canoas, os catraios... Estas não são nossas, mas poderão estar na Base de Dados. Agora, esta Carta do Património é isso, portanto é uma identificação de sítios, e nós íamos identificar os sítios, onde se fazem os preenchimentos das fichas e tudo mais, mas porque é um instrumento que nos permite identificar estes sítios com valor patrimonial, mas que não são da nossa gestão.

### São realidades que vocês seguem de perto.

A.D.: Exactamente, e que precisamos de entender e de comentar para compreender também, não é? Estudar, investigar, comunicar, outras realidades que nós temos, incluindo as móveis. Um exemplo que eu acho muito típico em relação com essa situação, é o dos sítios arqueológicos em relação com os materiais arqueológicos. Uma coisa é ter na base um sítio arqueológico, como sítio, os objectos arqueológicos estão noutro sítio da base, porque a base de objectos não está preparada para descrever camadas arqueológicas, nem móveis... mas a outra base onde ela está, está preparada para isso.

Nós precisamos de ligar essas duas realidades. No caso do inventário de património industrial, passa-se a mesma coisa, nós temos toneladas de acervo da Mundet, mas no inventário dos objectos da Mundet não cabe ou, pelo menos, a base não está preparada para levar informação do imóvel da Mundet: o sítio, a história do edifício, a história da tecnologia... Portanto, são realidades diferentes. Ou seja, quem está a fazer investigação do património cultural está a alimentar uma base, um suporte. No caso da Elisabete está a trabalhar uma base que não será a definitiva, é provisória, para trabalho de campo, que há-de ser convertida.

### Na verdade vocês estão falar de um dos desafios de um museu municipal.

E.C.: A Carta do Património também pretende ser um instrumento, e pretende-se que no Plano Director Municipal (PDM) seja tida em conta a identificação que fizemos nos sítios. Somos um Serviço que é chamado a intervir em alguns sítios.

### Sobre a função da inventariação:

#### 1.1. Digam-me as dez primeiras palavras que vos vêm ao vosso pensamento quando ouvem falar em “inventário”.

A.D.: Ou seja, essas 10 palavras que vêm ao pensamento, as minhas, não são as mesmas que as da Elisabete dependendo dos factores. Ou seja: se estivermos a falar do inventário puro e duro que é alimentar a base de dados do acervo, se calhar vem-nos umas palavras, e se estivermos... embora algumas sejam comuns.

### Então, das pessoas que estão aqui, quem é que acham que é a pessoa mais indicada para responder a este tipo de questões da primeira pergunta.

A.D.: Posso ser eu ou, talvez, a Adelina Domingues (A.Do.).

### A ideia é que seja alguém que conheça o circuito de inventariação, embora trabalhe apenas em algumas das suas fases.

A.D.: Então posso começar eu, eu não sei se vou dizer as 10 porque eu não as escrevi, portanto, não preparei... Então, o que vem ao pensamento, é:

1. Descrição
2. Organização
3. Gestão
4. Identificação
5. Investigação
6. Comunicação
7. Memória
8. Trabalho
9. Profissões
10. Pessoas

Não foi assim tão complicado!

A.D.: Mas se calhar esqueci algumas que, se ficar aí um bocadinho a pensar, substituiria...

1.2. Queria pedir-lhe para me desenhar/descrever, primeiro por palavras, mas também num esquema simples, o circuito de inventariação do Museu nas condições actuais.

Neste sentido, sim, agradecia que o fizessem em termos gerais: ponto de partida, ponto de chegada e o que acontece pelo caminho.

A.D.: Só inventário?

Só.

A.D.: Recolha.

Registo de Entrada (R.E.)... tem várias hipóteses, não é?

Inventário digital, sim, que a gente não tem outro.

Portanto temos:

A.D.: Recolha, R.E...

É o tal livro que estivemos a ver?

A.D.: Sim.

Ingresso em reservas, ingresso em laboratório ou ingresso em exposição. Se esta opção se colocar à entrada, primeiro faz-se esta. Se não, esta poderá ser em qualquer altura, será mesmo a última.

Isto é...

A.D.: Inventário digital, que nós não temos inventário manual.

Portanto ou fazemos inventário, e é na base de dados, ou não podemos fazer por aquelas razões que já viu.

O que é que falta aqui e que não se pode cumprir? É a quarentena, não temos quarentena.

Não quer enumerar?

A.D.: São três hipóteses para um percurso, é uma questão de direcção.

Se ingressasse no laboratório, como é que continuava o circuito depois?

A.D.: Ou vai para ali (para reserva) ou vai para aqui (exposição).

Se ingressasse nas reservas, depois poderia ir para exposição.

A.D.: Podia, em qualquer altura pode-se ir lá buscar.

E se ingressasse na exposição, depois podia ir para as reservas, não é?

A.D.: Exactamente.

Se não vai para a exposição, como é que isso acontece?

A.D.: O inventário é determinado por prioridades da programação do Museu.

Sim, certo.

A.D.: Se não há uma prioridade de programação que nos obrigue... Neste caso a prioridade é uma exposição. O Museu tem planeado fazer uma exposição em Novembro deste ano, nas caldeiras, com o acervo da Mundet. Eu não vou pôr acervo na exposição que não esteja inventariado. O acervo que eu vou querer por lá, ou ainda não existe e ainda vou ter de o recolher, ou vamos partir do princípio que já está recolhido nas reservas, está lá em baixo, na Torre da Marinha, mas faço só com isto. (R.E.)

Quando diz “eu não vou pôr objectos que não estejam inventariados”, é porque quer que eles tenham feito o percurso completo.

A.D.: Exactamente. Às vezes aqui ou aqui, faz-se fotografia e o desenho.

Normalmente esta questão da documentação fotográfica, quando acontece, em que momento ocorre?

A.D.: Infelizmente é aqui, mas como viu no R.E., na medida do possível, nós tentamos que este registo, mesmo sendo sumário, tenha o mais possível de informação. Se a documentação fotográfica for mesmo possível - às vezes é mesmo desejável - faz-se aqui também.

1.3. Gostaria então que me dissesse, sob condições ideais, qual seria o circuito adequado.

A.D.: Então, é fácil. A seguir à recolha, seria fazer imediatamente estas duas coisas (o R.E...) e o que cada uma delas implica. Porque isto é, ou deveria ser - nós é que estamos a transformar o R.E. numa espécie de mini-inventário - porque um R.E., em boa verdade - dizem os manuais - não serve esse objectivo. É sobretudo um registo de natureza administrativa, formal. Não é um suporte de informação. Não é aí que deve estar a informação do objecto, mas sim no inventário.

O que é que acontece? Nós acabamos por transformar o R.E. em algo bem mais comprido do que um processo meramente administrativo, porque a nossa realidade assim o impõe. Ou seja, o ritmo de entradas no Museu é tal, que nós não temos possibilidades de fazer o inventário, que consome muitos mais recursos. Nem sei quando é que o poderemos fazer. Logo, há um mínimo de informação que eu tenho de garantir que é registada e fixada, a que se irá recorrer mais tarde - independentemente de se procurar mais - quando se fôr fazer o inventário.

Perfeito. Portanto, ideal para vocês seria: R.E. incluindo várias coisas, não é?

A.D.: O R.E., como ele deveria ser: um registo pouco mais do que administrativo. Uma listagem para formalizar, junto da entidade da tutela e junto dos proprietários, o acto de incorporação. Portanto, no acto de entrega, fazer aquilo que interessa do ponto de vista da

documentação, da investigação, e depois o resto: comunicação, etc... dos objectos que entram.

Isto quer dizer que, para si, este seria um único passo.

A.D.: Era um único momento. Eu fazia as duas coisas. A Sónia fazia o R.E., não estava lá a procurar nem a anexar, nem a desmultiplicar dossiês - como viu, não é? -, nem a anexar fotocópias de não sei o quê, nem mais fotografias, nem mais fotocópias de entrevistas... nada disso!

Portanto, fazia o registo, formalizava o ofício, fazia os documentos para a tutela aprovar em sessão de câmara... Ponto final. Pegava no objetozinho, e mais na folhinha do R.E. e dava autorização para inventariar, e lá... que se embrulhasse, certo?

E depois falou na quarentena...

A.D.: Quarentena tem a ver com conservação e, aliás frequentemente, às vezes tem que ser assim, ou deveria ser assim. Ou seja, o que é que acontece? Nós agora introduzimos o objecto em qualquer sítio do Museu, não temos um espaço adequado. Não temos um espaço e um tempo adequados para poder examinar o objecto, até porque alguma dessa informação depois seria relevante para o inventário. E agora, isso não acontece.

Primeiro, não fazemos quarentena nenhuma, portanto acaba por ir directo para um sítio ou para outro, porque já viu os problemas de espaço que temos e em termos de pessoal. Porque uma quarentena implica ter, além de espaço, mais recursos de gestão. E depois, então encaminhar o objecto: ou vai para a reserva ou ele está a ser necessário em termos de programação e vai para exposição.

Essas são as condições ideais...

A.D.: Sim.

Onde é que estão, por exemplo, as recolhas áudio, vídeo... daquilo que ainda conseguem recolher e que possa facilitar o facto de que os objectos possam usufruir de uma vida própria dentro do Museu, após a fase da musealização.

A.D.: Uma parte substancial, por isso é que o trabalho de campo é tão importante, é aqui, logo aqui; ou seja, quando o objecto entra, deve vir junto com ele essa informação. Outra parte terá de ser feita aqui.

A.Do.: Inventário e documentação.

A.D.: Para mim, o inventário e documentação é a mesma coisa, mas pronto...

E portanto falam das várias formas de documentação da realidade, sobretudo quando as pessoas que dela formam parte ainda estão vivas

A.D.: Exactamente. Esta documentação significa coisas muito diferentes. Portanto, pode ser registo oral, informação escrita bibliográfica ou outra, desenho, imagem em movimento, imagem parada.

E quais deles predominam neste tipo de documentação, ou seja qual é que vós utilizais com mais frequência?

A.D.: A imagem e a informação escrita, seja na forma oral, seja na forma de pesquisa bibliográfica, do tipo pesquisa oral mas sem recolha de som, digamos assim. Como agora aqui, sem som, mas recolheu a informação, não é?

É isso e a fotografia, o que predomina?

A.D.: Sim.

1.4. Qual o circuito que foi utilizado na organização do inventário dos bens patrimoniais procedentes do universo flúvio-marítimo que se encontram sob a responsabilidade do Museu? Fazem a gentileza de mo descrever?

Neste sentido, há alguma diferença em relação aos percursos que acabaram de descrever?

A.D.: Não, acho que não, eu e a Elisabete achamos que não, já trocámos informação e não, pelo menos nestas fases da documentação e da recolha.

Portanto, depois, ao nível da documentação informática, no âmbito do PFM, seguem os mesmos critérios...

A.Do.: Quem faz o inventário?

A.D.: A Adelina não tem experiência. Como lhe disse, o PFM que está inventariado é pouco.

Seria capaz de referir alguma percentagem aproximada?

A.D.: Será de cento e poucos objectos. E estamos a falar de um universo de registos, da base nova, actual, que já vai em muitos milhares, e estamos a falar também de muitos milhares de objectos de construção naval e de PFM que, como vimos lá em baixo, só tem R.E.

Muitos milhares...Podem dar-me uma ideia?

A.D.: A Adelina, se calhar, tem uma ideia da Base de Dados do *Micromusée* actualmente.

A.Do.: Uns 5000.

De PFM?

A.Do.: Não, não. De PFM, uns cento e poucos na Base de Dados nova.

Cento e poucos de um total de bens de PFM associados ao Museu de...

A.D.: Aquela lista da construção naval... por aí uns 2000.

A.Do.: Sim, uns 2000 aproximadamente.

Portanto está inventariado algo assim como 5%.

A.Do.: 122 registos associados a património náutico.

A.D.: E os gerais? Quantos é que estão?

A.Do. e F. F.: Os gerais já vão em 11.118.

A.D.: Já vamos em 11.000? Bem, estou muito atrasada, eu... O pessoal está trabalhando bem...

A.Do.: Já. 11.000.

Sim, mas do total de bens de PFM?

A.Do.: 2000. Destes, um total de 122 e só com RE.

## 2. A última incorporação

2.1. Digam-me em qual das modalidades são feitas normalmente as incorporações dos bens culturais/exemplares individuais de PFM:

2.1.1. Compra	<input type="checkbox"/>	2.1.10. Proveniência desconhecida	<input type="checkbox"/>
2.1.2. Doação	<input checked="" type="checkbox"/>	2.1.11. Herança	<input type="checkbox"/>
2.1.3. Empréstimo	<input type="checkbox"/>	2.1.12. Permuta	<input type="checkbox"/>
2.1.4. Legado	<input type="checkbox"/>	2.1.13. Afectação permanente	<input type="checkbox"/>
2.1.5. Recolha	<input type="checkbox"/>	2.1.14. Preferência	<input type="checkbox"/>
2.1.6. Achado	<input type="checkbox"/>	2.1.15. Dação em pagamento	<input type="checkbox"/>
2.1.7. Transferência	<input type="checkbox"/>	2.1.16. Depósito	<input type="checkbox"/>
2.1.8. Expropriação	<input type="checkbox"/>	2.1.17. Produção própria	<input type="checkbox"/>
2.1.9. Fundo antigo	<input type="checkbox"/>	2.1.18. Outra. Qual?.....	

A.Do.: Doação, recolha...

Recolha de bens que estão ao abandono?

A.Do.: Sim, em alguns casos sim.

E.C.: Sim, porque sabemos que o edifício vai ser demolido...

A.D.: Então, tomamos a iniciativa de ir recolher, de pressionar para que a situação não evolua. Mas a doação é de 95%.

E.C.: E depois, empréstimo de imagens, sobretudo. As pessoas têm, às vezes, dificuldade em se separarem de elementos pessoais, fotografias...

A.D.: E então, mas não sei se aqui a Lorena está a falar da mesma coisa...

E.C.: Sim, eles emprestam, nós reproduzimos e nós devolvemos.

Sim.

E.C.: Sim, para documentarmos ou reproduzirmos, ou digitalizarmos.

Será terceira, sendo que empréstimo deve ser zero, recolha entre dois e três e doação 95%.

2.2. Indiquem-me agora em qual das modalidades são feitas as incorporações de colecções de PFM:



2.2.1.	Compra	<input type="checkbox"/>	2.2.10.	Proveniência desconhecida	<input type="checkbox"/>
2.2.2.	Doação	<input checked="" type="checkbox"/>	2.2.11.	Herança	<input type="checkbox"/>
2.2.3.	Empréstimo	<input type="checkbox"/>	2.2.12.	Permuta	<input type="checkbox"/>
2.2.4.	Legado	<input type="checkbox"/>	2.2.13.	Afectação permanente	<input type="checkbox"/>
2.2.5.	Recolha	<input type="checkbox"/>	2.2.14.	Preferência	<input type="checkbox"/>
2.2.6.	Achado	<input type="checkbox"/>	2.2.15.	Dação em pagamento	<input type="checkbox"/>
2.2.7.	Transferência	<input type="checkbox"/>	2.2.16.	Depósito	<input type="checkbox"/>
2.2.8.	Expropriação	<input type="checkbox"/>	2.2.17.	Produção própria	<input type="checkbox"/>
2.2.9.	Fundo antigo	<input type="checkbox"/>	2.2.18.	Outra. Qual?.....	

A.D.: Predomina a mesma coisa. Não temos compra. Para o PFM.

A.Do.: Eu nem sei se nós podemos falar em colecções propriamente ditas em termos de PFM.

A.D.: Não, em termos de PFM, não.

E.C.: Quando alguém nos doa uma caixa de ferramentas com todas a ferramentas é uma colecção?

Não.

A.D.: Para nós também não. Então, não há. Para PFM, não há.

E.C.: Nós, aos nossos modelos, chamamos colecção.

A.D.: Por exemplo. Sim, mais aí não é nenhuma das coisas que tem aí.

E qual é então a forma de incorporação?

E.C.: Temos alguns que foram compra, outros doação, mas a maior parte são construídos no núcleo naval.

Então, até poderíamos acrescentar uma outra forma de incorporação que não tinha sido contemplada até agora.

E.C.: Sim, produção/execução na instituição. Acho que é a única coisa a que chamamos colecção.

A.D.: São os modelos da Divisão de Património Histórico e Natural (DPHN), é o Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS). O EMS é uma Divisão da Câmara.

### 2.3. Quais os critérios a seguir quando da incorporação de um bem/exemplar?

A.D.: Acho que essa questão foi mudando com o tempo e com a dimensão do Museu, nomeadamente com o acervo que já tem incorporado, com a capacidade de programar e desenvolver actividades e acho que assim é que tem que ser, não é?

Mas há critérios específicos, Ana?

A.D.: A pertinência do objecto para a prossecução da missão e dos objectivos do Museu, que são documentar a História, o homem e o território do Seixal, portanto, que representem



quer a comunidade, quer o território, quer as actividades que se desenvolveram no território ao longo do tempo.

E.C.: Ou se já temos ou não temos igual...

A.D.: Exactamente. Imagine: uma das actividades sem a qual não podemos passar se queremos representar/documentar a actividade no território do Seixal ao longo do tempo é, por exemplo, a construção naval. Nesse princípio muito geral há uma série de objectos - que só a Elisabete é que sabe quais - que são necessários para poder exemplificar, testemunhar essa actividade. Em determinada altura, nós podemos não ter essa lista de objectos. Isto é, não nos entraram nem por doação nem por... não entraram! Não temos! E portanto, esse critério geral é suficiente para nós procurarmos de alguma maneira. Em geral não é para comprar, portanto, a compra não é uma diligência normal. Portanto, nós procuraremos no trabalho com a comunidade, que é o que a Elisabete faz quando anda nos estaleiros a fazer o outro trabalho em paralelo. Estar atenta à existência dessas ferramentas, do bem que se está a elencar como em falta, e tentar diligenciar para que ele acabe no Museu.

Pode não ser por doação, ou pode não acabar no Museu e continuar na posse do proprietário, mas em que nós tenhamos, pelo menos, a informação desse objecto: onde é que ele está, quem é seu proprietário, se é usado, se está guardado, pronto! É a história que nós falávamos há bocado. Nos não temos o objecto porque a pessoa afeiçoa-se ao objecto e quer manter o objecto.

Para nós, até pode dar-se o caso de não acharmos que o objecto é muito pertinente, mas sim a sua imagem, o objecto secundário, como eu lhe chamo. A informação sobre ele, a pessoa, a utilização do objecto... no caso disso ser suficiente e nós não precisarmos do objecto. Neste caso cabe à pessoa que está no campo, ou a quem conhece bem as colecções, fazer esse trabalho.

Quando diz que não há compra, é porque não há recursos previstos para comprar? Ou porque este tipo de circunstâncias não surgem devido ao facto da comunidade local facilmente chegar a um acordo convosco.

E.C.: Exactamente. E não temos tido... até pelo contrário, temos pessoas a vir ter connosco para darem objectos.

A.D.: Temos é o problema contrário, que é ter objectos em demasia, já, representando uma determinada área, e precisarmos de dizer que não, e sermos mal entendidos, ou ter dificuldade em nos fazermos entender junto da comunidade, porque o objecto já não é pertinente. É mais esse problema do que o contrário.

Portanto, não há necessidade, nem sequer me parece um bom critério, porque o objecto comprado... Eu, pessoalmente, penso que o objecto comprado perdeu parte da sua identidade por vários motivos: "falta-lhe gente", como eu costumo dizer. É uma mercadoria, e um objecto não é uma mercadoria.

Mas porquê uma mercadoria?

A.D.: Uma mercadoria, no sentido em que perde-mos aquilo que estávamos a falar há bocado: a relação de proximidade com pessoas, com caras, com histórias de vida, com memórias.

### Porque vai perder tudo isso?

A.D.: Mas muitas vezes os objectos comprados nem sequer se sabe de onde é que eles vêm...

### Sim, depende do contexto... de compra.

A.D.: Sim, eu quando falo de compra, associo sempre a compra àquilo que é mais comum, não falo de compra no sentido de nós querermos muito uma peça, aquela pessoa tem-na, não a dá, mas vende-a. Não estou a falar dessa... estou a falar daquela política de compra...

## 3. Uma história simples

Pode contar-me uma história acerca de uma dessas incorporações - ou de outra que lhe venha à memória agora e que julgue interessante - referindo em especial:

- 3.1. A data - certa ou aproximada - em que ocorreu;
- 3.2. As negociações entre o/a doador/a, ou vendedor/a, e a direcção do Museu ou quem o representou (as pessoas que participaram nessas reuniões);
- 3.3. Onde estava guardado/localizado o bem/exemplar ou a colecção?
- 3.4. Como se fez o reconhecimento local da situação em que se encontrava o bem/exemplar? A pessoa que fez a venda ou a doação deixou tirar fotografias no local?
- 3.5. As observações que foram efectuadas nesse local foram consideradas importantes para o conhecimento desse bem/exemplar e para a sua *nova forma de vida* no contexto do Museu?
- 3.6. A chegada ao Museu: Quem se interessa por ver o bem/exemplar ou a colecção? Quem tem acesso a ele? Contam-se histórias? Acontece algo de novo no Museu e nas relações entre as pessoas?

E.C.: Sim, nós já seleccionámos uma história. Nesta história, o processo de recolha não é assim muito extraordinário, não é por isso que nós a seleccionámos. Seleccionámo-la porque, de facto, estes objectos que deram entrada no Museu, tiveram depois repercussões muito significativas, ou seja, foram objectos que desencadearam processos interessantes na programação do Museu, e por isso acho que vale a pena falar neste conjunto de objectos. A data, tenho a data certa da recolha, portanto foi um dos casos em que eu fui com a Sónia. Neste caso, foi uma senhora que contactou o Museu para dizer que tinha uns objectos para doar ao Museu.

### Que objectos eram Elisabete?

E.C.: Portanto, era um conjunto. Eram objectos pessoais de um senhor que era o Marcolino Xavier, que era o avô do marido desta senhora. A senhora já tinha uma certa idade, aliás, ela nem podia sair de casa, por isso é que nos contactou e nós fomos a casa dela. Portanto, “eu não posso sair de casa”...

Era uma senhora que mora em Almada e que provavelmente estava a sentir que estava a chegar ao fim da sua vida, e queria dar um destino aos objectos que ali tinha. Alguns ela entendeu - porque o marido era de Almada e portanto estava muito ligado a Almada – portanto, esses, ela entendeu que iria dar à Câmara de Almada. Estes, que eram do avô do marido, que era natural do Seixal, entendeu que devia doar ao Seixal. Este senhor tinha sido mestre de rebocadores no porto de Lisboa. E tinha sido um funcionário exemplar no porto de Lisboa, tinha feito muitos salvamentos marítimos, portanto, daqueles barcos que entravam no porto e, por causa disso, ele tinha recebido uma medalha da Rainha na altura, porque o Instituto de Socorros a Náufragos actual (ISN) já foi o Real Instituto porque foi fundado pela Rainha. E recebeu um diploma, uma medalha da Rainha, há também um relógio.

Depois, ela, na altura, tinha também recortes de imprensa sobre o senhor, tinha fotografias, tinha alguns documentos. Portanto, trouxemos todo, o conjunto dessas coisas todas. Eu e a Sónia fomos a casa da senhora no dia 29 de Janeiro de 2003 e foi quando fizemos esta recolha.

Sobre este pondo de negociações (3.2.) não houve, de facto, negociações, quer dizer, nós fomos ver e achámos que tinha interesse e logo na altura levámos o livrinho do R.E.

Onde estava guardado (3.3.), na casa da senhora, num sítio nada de extraordinário, e também não há este conhecimento local. Quer dizer, de facto, avaliámos os objectos que tinham interesse, e achámos que sim. Mas nem há esta questão de tirar fotografias no local (3.4.), porque o contexto, ali, não interessava. É diferente se se vai a um estaleiro. Aí interessa fotografar o objecto no seu contexto de trabalho... Na sala da senhora não se fez fotografia. De facto, registámos algumas informações. A senhora também não sabia muito mais do que aquilo que estava nos recortes de imprensa, ela não o conheceu, não é? Era o avô do marido e, portanto, ela nem sequer o conheceu.

Há bocado eu dizia porque é que também escolhemos este caso, e está aqui um bocado relacionado com a secção de se acontece algo novo no museu (3.6.). Nós, quando obtivemos estes objectos, na altura estávamos a programar a exposição “Barcos, Memórias do Tejo”, e quando recolhemos estes objectos, foi engraçado esta questão dos salvamentos marítimos e tudo o mais, deu-nos alguma luz, e achámos que a temática dos salvamentos marítimos deveria ser introduzida na exposição.

A.D.: Portanto, estava ausente da exposição.

E.C.: E portanto, estava ausente e chamou-nos a atenção para isso. Na exposição propriamente dita, só incorporámos a medalha do Real Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), mas depois isto desencadeou uma série de coisas, portanto, a partir desta doação eu fui fazer pesquisa no Arquivo do Porto de Lisboa, onde ele tinha sido funcionário e deram-nos acesso ao processo pessoal dele. Fiz pesquisa no ISN, onde estava lá a atribuição da medalha, porque eles têm registos das pessoas a quem dão condecorações e acabei - já que estava no ISN - por tirar referências a tudo o que envolvia embarcações tradicionais do estuário, e tudo o que tinha a ver com o Seixal, acabei por alargar a pesquisa. Portanto deu origem à pesquisa, interferiu na programação da exposição e, inclusivamente, depois até fiz um artigo para o Ecomuseu Informação, que tenho aqui nesta rubrica que é *Conhecer* - onde damos a conhecer o acervo do Museu - e eu fiz aqui uma mistura de um artigo, um bocado misto, entre dar conta do acervo mas também do lado da história de vida do senhor (que é

um natural do Seixal) e onde também acabei por abordar a temática dos salvamentos marítimos. Portanto, foi de facto uma situação que teve um grande impacto.

A.D.: E não é a única história, não é? Temos muitas histórias assim, e não sei se neste caso aconteceu também isso, que é: a partir do momento em que o conteúdo foi incorporado na exposição, em que as pessoas vêm o objecto, que é o despoletar junto de outros elementos da comunidade, o chamado *eco mimético* de outras pessoas da comunidade, ou seja, mais pessoas trazem informação sobre aquele assunto - às vezes objectos também - ou mais testemunhos materiais, ou mais testemunhos orais, ou mais... e fica tipo novelo...

E.C.: E depois, às vezes, dá origem a novas relações. Por acaso, neste caso, deu. Foi... de marítimos do Tejo que comigo viram a exposição e pessoas que também tinham recebido alguma coisa do ISN - porque bastava fazer três salvamentos e já se recebia uma medalha de prata - e portanto: "Ai! Eu também tenho um diploma", "Eu também tenho uma medalha", isso sim, mas não me lembro de isso ter desencadeado outro tipo de doação.

Quando falam da exposição "Barcos, Memórias do Tejo" falam da exposição do Núcleo Naval.

E.C.: Sim, a que ainda lá está.

Que pessoas tiveram acesso a essa informação e seguiram de perto o processo? (3.6.)

E.C.: Todas, não. Uma estrutura polinucleada também não ajuda. Eu sei que eu e a Sónia, quando fizemos a recolha, fomos directas para a Quinta da Trindade e, de facto...

A.D.: Todas as pessoas do Inventário e Documentação, sim, porque de alguma forma acabam lidando, porque têm que fazer o R.E., porque têm que fazer o inventário, porque têm que fazer conservação.

A.Do.: E no momento de fazer o inventário procuramos toda a informação que já foi produzida por colegas sobre esse objecto.

Em casos muito específicos faz-se uma parte da pesquisa no momento da recolha? ou a pesquisa é feita quando o objecto chega às vossas mãos?

A.D.: Mas às vezes acontece as duas coisas: a informação que vem da Elisabete pode potenciar quem vai fazer o inventário, ou então pode acontecer que essa pessoa sinta necessidade dessa informação.

Ou seja, neste caso, aquilo que vocês chamam inventário - que é a informatização da informação associada aos objectos ou às realidades - é feita por vós, não é? Ou seja, faz inventário e também investigação.

A.Do.: Sim, um pouco de investigação também.

Sim, o ideal é que haja pessoas dedicadas a este labor. Não só a fazer o inventário no sentido mais clássico, mas também a fazer pesquisa.

A.D.: Sim, porque inserir dados sem mais nada... Aliás, a nossa base não é muito boa para inserir dados em bruto, sem fazer mais nada, ou então...

A.Do.: Sim, porque eu posso falar mais sobre o que tenho feito, por exemplo, associado ao moinho. Portanto, eu inventario os objectos, mas vou recolher, inclusive no CDI, faço

pesquisa sobre documentação que já tenha sido produzida sobre aqueles objectos ou que esteja associada também a esses objectos e depois, na Base de Dados, tento incorporar o máximo de informação que entretanto recolhi. Portanto, não só aquela informação que esteja directamente relacionada com os objectos, sobre o contexto e o funcionamento do próprio objecto, mas inclusive - se houver dados para isso - os processos sociais que estejam associados.

A.D.: Ou seja, não é um inventário entendido como matéria técnica, medidas, nome... e acabou-se.

A.Do.: Tento inserir o máximo de informação para que possa precisamente contar a história do objecto, onde se inseria, os contextos...

### 3.7. Como são feitos, o inventário e a arrumação, no contexto do Museu?

E.C.: Por acaso não me lembro já muito bem. Nós fizemos a recolha...

A.D.: As coisas foram para a Quinta da Trindade.

E.C.: O António Silva fotografou porque estávamos a fotografar outros objectos para a exposição e ficou logo fotografado. Depois o CDI acaba por ter acesso a estas imagens... O inventário foi feito depois, no contexto da própria exposição.

E.C. e A.D.: A arrumação... não sei, ela está em exposição. O rest, há-de estar na Quinta. Pois, não fomos à procura do RE para ver a sala, mas há-de estar numa daquelas salas... embalado, protegido e arrumadinho até que alguém precise daquelas coisas, seja para actualizar o inventário, seja para exposição, etc...

## 4. O Museu manifesta-se

Pode falar-me dos aspectos considerados pelo Museu como mais relevantes para o conhecimento dos bens/exemplares de natureza flúvio-marítima que nele entram, dando conta sobretudo:

### 4.1. De aspectos relacionados com a caracterização do bem/exemplar;

Eu já percebi que, para vós, é importante não só as características do bem cultural em si, como também os aspectos relacionados com a sua história. Portanto, tudo isto forma parte da vossa recolha tanto numa fase inicial como num prazo mais alargado.

A.D.: O ideal é que o objecto venha com isto tudo: a caracterização, a história do bem, a história da pessoa. Idealmente nós procuramos que o objecto venha com isto tudo. Mas nem sempre é possível. O objectivo é ter as três. Não privilegiamos nenhuma em particular.

### 4.2. De aspectos relacionados com a história do bem/exemplar: material de que é feito, funções que exerceu ou exerce, o seu autor ou autora, as circunstâncias em que foi feito, o seu valor estimativo para as pessoas que o tinham na sua posse;

### 4.3. De aspectos relacionados com a história da pessoa ou pessoas que o usufruíram;

### 4.4. Gostava de saber se o registo destas informações é tido por essencial:

#### 4.4.1. Para se prepararem exposições no futuro;

#### 4.4.2. Para a história do Museu e das suas actividades;

4.5. Estes estudos e inventários permitem conhecer o bem/exemplar que entrou no Museu ou a colecção que passou a fazer parte do seu espólio, objectos que antes tinham uma *vida em sociedade*?

A.Do.: Inclusive até no Serviço Educativo, não é? Portanto nas investigações que desenvolve.

E.C.: Aliás, este caso dos salvamentos no mar, depois, deu origem a uma visita temática do Serviço Educativo que fui eu que dinamizei também. Portanto, no Serviço Educativo acabamos por, em conjunto, pensar assim em algumas temáticas que poderiam dar visitas específicas de exploração da exposição e esta foi uma delas.

Portanto acabam por trabalhar estas questões relacionadas com os bens que entram no Museu com a própria comunidade.

A.D.: Sim, a Adelina pode dar o exemplo concreto do moinho, por exemplo, do inventário do moinho. Mas é igual para todos.

A.Do.: Exactamente, estou a participar em reuniões do Serviço Educativo com professores das escolas do concelho, na elaboração de fichas para depois desenvolver as actividades, fichas pedagógicas para depois desenvolver actividades com os alunos no moinho. Portanto, tentamos nessas fichas incorporar a informação que já foi recolhida anteriormente, e que também tenho que analisar para o inventário, e portanto a informação do inventário e da documentação acaba por ser utilizada...

A.D.: É necessária, não é apenas utilizada, é necessária

A.Do.: Para mais tarde desenvolver actividades do Serviço Educativo. O objectivo do inventário é servir à comunicação...

## 5. Projectando o Museu ideal

5.1. Indiquem-me que propostas apresentariam para actualizar e conferir maior eficácia ao quadro de funcionários/as do Museu, falando em especial...

E.C.: Terreno.

Como terreno?

E.C.: Eu acho que é fundamental as pessoas terem conhecimento do terreno. Quando se estuda uma colecção - e nós temos muitas colecções relacionadas com contextos de trabalho - eu acho que é importante não estar sentado na secretária nem a olhar para os livros, portanto, o ideal seria que quem fosse inventariar objectos de construção naval já os tivesse visto a funcionar ou tivesse uma acesso directo ao terreno para esclarecer para que é que eles servem, como é que servem e tudo mais. Eventualmente, para registar, o ideal seria termos numa base de dados imagens em vídeo de todas as ferramentas a serem utilizadas. Acho que seria o ideal. Ter fichas de uma série de ferramentas da construção naval, e ter cada uma delas a ser utilizada. Porque aí a comunicação é quase directa. É muito mais eficaz do que dizer para que é que servia, como era utilizada...

O ideal seria que as pessoas fossem especialistas nas suas áreas...



Mas então, em primeiro lugar faziam com que as pessoas tivessem uma experiência mais alargada a vários níveis. Não só teórica, mas também prática.

E.C.: Sim, que é uma deficiência que se nota em geral. Isto para todos os profissionais do Museu, seja do inventário ou de outra área qualquer.

A.Do.: Eu tenho tentado fazer as duas coisas, até pela minha experiência anterior e um dos meus objectivos é continuar a fazê-lo. Algum contacto com o terreno, e falar com pessoas que utilizaram esse tipo de objectos. Mas nem isso é possível...

A.D.: E mais pessoal. Visto que não temos limitações, então queremos gente. Pronto! Entendi a pergunta não só no sentido de melhorar, mas sim do que tenho e do que quero mais, e esse mais que tenha a ver com os recursos humanos.

Exactamente: então recursos humanos...

A.D.: E conhecimentos desses recursos humanos. Em relação a esses conhecimentos, em geral e no particular, há esta dissociação entre teoria e prática. Ou seja, quando nós temos alguém que vem fazer inventário, até pode ser que, teoricamente, saiba o que isso é, mas não tem experiência prática de o fazer, e muito menos se por essa experiência entendermos aquilo que a Elisabete estava a dizer... Por exemplo, aquela outra onde eu ia meter o bedelho, que é o oposto, que é a pesquisa histórica e documental, e que normalmente também se descarta porque é um trabalho muito moroso, sem efeitos visíveis planeáveis. Isto é, eu não posso prever que estou a trabalhar um mês e que consigo alguma informação trabalhando para aquele objecto ou para aquela realidade. Portanto o trabalho de pesquisa histórica, e depois o domínio de ferramentas da área tecnológica, da área da informação, novas tecnologias em geral. E depois, conhecimentos específicos que a Elisabete falou: da história da tecnologia, história das técnicas... E que, obviamente, não vem com as pessoas da escola.

5.1.1. Nos conhecimentos que uma pessoa deve ter para estudar e inventariar objectos e colecções;

5.1.2. Em outras áreas profissionais relevantes para o estudo e inventário de objectos e colecções de diferentes naturezas;

A.C.: A Antropologia! A puxar a brasa à minha sardinha... e até estão!

A.D.: Antropologia e História, eu acho que faz falta. Não temos neste momento ninguém na equipa, nem sequer no Museu.

Sim? E alguma outra?

A.D.: Ciências físicas e naturais, e sobretudo das técnicas. Não temos engenheiros e fazemos muita falta. Lidamos com património industrial e andamos a fazer de *aprendiz de sapateiro*.

Mais alguém que seja preciso nesta equipa? Um fotógrafo/a?

A.D.: Sim, é verdade, é uma área muito deficitária, a da imagem, seja imagem fixa, seja em movimento...

Porquê? Quem trata da imagem? É a própria pessoa que vai fazer o inventário?



A.D.: Exactamente, e nem sempre ficam registos com a qualidade desejada, a pensar num futuro. Que eles são memória de futuro, não é?

E agora não temos recursos externos e os recursos internos são muito reduzidos. Tem toda a razão...

5.1.3. Nas áreas profissionais que gostava de criar para aperfeiçoar o trabalho de inventariação.

5.2. Indique-me alguns dados sobre o pessoal relacionado com a função da inventariação no contexto deste Museu, em termos gerais, referindo por exemplo:

- O nº de pessoas que desenvolve esta função no Museu;

E.C.: As três Fátimas, eu, a Graça, a Adelina, a Cláudia.

Então sete pessoas. E destas sete vocês tinham referido que duas estão dedicadas em exclusividade ao inventário.

E.C.: Sim, inventário de acervo. Sim, a Adelina e a Graça. Ou seja, são as pessoas que alimentam a Base de Dados, que criam aqueles 11.000 registos, aqueles 122 desses 11.000.

- As suas idades e sexos;

A.D.: Tudo mulheres. Não, não, a Adelina está a lembrar-se, falta o pessoal de Arqueologia. Faltam dois homens. São nove, sete mulheres e dois homens.

F.F.: Esses dois homens, parcialmente, também fazem inventário de acervo.

A.D.: Tudo acima dos 30 e tudo abaixo dos 50. Serve ou é muito lato?

Por exemplo dos 26 aos 35, por exemplo, quem temos?

E.C.: Eu tenho 34, e o Henrique também deve estar por aí.

A.Do.: O Henrique já tem 40...

A.D.: Já?

Então dos 26 aos 35 temos...

A.D.: 1 mulher e um homem.

Depois, dos 36 aos 45?

A.Do.: Eu.

E.C.: Então aí está o Henrique!. Sim, porque as Fátimas...

A.D.: Eu acho que passam dos 44? Se calhar uma delas.

Muito bem 1 mulher. E dos 46 aos 54?

A.D.: O resto das mulheres. Três Fátimas... e eu (A.D.).

Muito bem quatro mulheres.

- A sua formação (áreas, níveis e actualizações);

- A sua experiência profissional;

A.Do.: Eu já tinha alguma experiência no inventário, só que com PFM, precisamente.

A.D.: O resto não tinha, foi adquirida aqui. São pessoas de outras áreas profissionais.

- As suas condições de trabalho;

A.D.: É melhor dizer as que estão fora. Estão fora, mas a caminho de entrar.

Quantos funcionários/as?

A.D.: Quatro funcionários estão de fora, desses quatro uma está para entrar para o quadro. São todas mulheres.

Então dentro do quadro quem é que está?

A.D.: Todos os demais. Cinco, dois homens e três mulheres.

E em que condições é que estão a trabalhar as quatro primeiras mulheres? A recibo? com contrato?

E.C.: Avença. São recibos verdes. Aquilo é renovável...

A.D.: Penso que agora seja anualmente. Ou semestrais ou anuais.

O que é que predomina?

A.D.: É o semestral. Portanto é um contrato de avença. Seis meses, renovável automaticamente se nenhuma das partes o denunciar e objecto de pagamento com recibos verdes. Certo?

Quantos contratos consecutivos são feitos de seis meses?

E.C.: Não tem limite. Eu estive quatro anos...

A.D.: E há aí pessoas que a intenção é que continuem assim porque são colaboradores que nós queremos assim.

Ou seja não estão a tempo inteiro no Museu.

A.D.: Não, exacto.

- Quais destes elementos trabalharam na organização do inventário do PFM do Museu? Em que condições e durante quanto tempo?

E.C.: A Sónia, eu...

Então seriam duas mulheres: A Elisabete e a Sónia.

Duas mulheres, que são funcionárias?

E.C.: Sim.

F.F.: Mas à Sónia não a incluíram lá em cima...

A.D.: Ah não?. Vamos recapitular. É só acrescentar mais uma. São dez.

Então são oito mulheres e dois homens.

E.C.: E ela está na minha idade. Acrescente uma mulher onde só havia uma (26-35).

A.Do.: E nesse caso já estão os seis funcionários (quatro mulheres).

5.3. Falem-me do que fariam para transformar o seu Museu num lugar ideal para o público, no que tem a ver com o acompanhamento de visitantes, no contexto de actividades que visem o estudo, divulgação e valorização de PFM.

E.C.: Se calhar, ter uma maior atenção, acolher adequadamente todas as pessoas com necessidades especiais, por exemplo. Ou seja garantir acessibilidades, quer físicas, quer intelectuais. Trabalhar mais com as pessoas, com as comunidades.

Estamos a falar do museu ideal, mas sempre desde a perspectiva do inventário. Então, com vistas a divulgar e valorizar todo o conhecimento associado ao património, que surge durante o processo de inventário, o que é que faziam? Ficavam pela criação de acessibilidades?

A.D.: Em grande parte, sim. Eu acho que era bem interessante poder fazer inventário com participação de pessoas.

Como é que levavam essa ideia à prática? No tal R.E.?

E.D.: Por exemplo, também se podia fazer isso...

A.Do.: Mais no inventário...

E.D.: É, porque aqui nós é que nos deslocamos aos sítios, embora às vezes o objecto vem cá ter. Eu lembro-me, por exemplo, quando recebemos uma colecção de um sapateiro, eu gostava de ter condições físicas - como diz a F.F.- espaços decentes, desde logo simpáticos, desde logo acolhedores, desde logo bonitos, para as pessoas se sentirem bem, nós e os outros. Mas ainda se está numa situação de trabalho que se pretende descontraída, comunicativa, personalizada, não um espaço frio, técnico, para poder trabalhar com essas pessoas no objecto que, neste caso, elas próprias oferecem. Poder trabalhar com elas, com calma, com tempo, com espaço, sobre aqueles objectos. Ou seja, era fazer de uma forma diferente, melhor, sobretudo no sentido de que comunico mais e trabalho mais com a comunidade aquilo que, de alguma maneira, já fazemos agora, que é: registar a opinião das pessoas, fazer entrevistas, mas fazendo sempre em contextos limitados, desde vários pontos de vista, desde logo da relação. Eu acho que teríamos todos a ganhar, nós e a comunidade, em fazer noutras condições.

Em que fases do processo é que faziam o trabalho com a comunidade?

A.D.: No inventário...

Aí, e então iam ter outra vez com as pessoas...

A.D.: Ou então levá-las para o Museu. Eu acho que nós devíamos era trazê-las ao Museu? Porque é que só as devemos trazer à exposição quando já temos trabalho feito?

Queria apenas perceber como é que vocês acham que este processo ganha sentido.

A.D.: É isso, porque aliás, um dos problemas que se coloca em relação ao inventário, é que ele produz informação que depois é usada pelas colegas que comunicam, isto é: que fazem actividades, que fazem exposições, que fazem os artigos, que fazem os catálogos, não é?.

Mas o processo que está por trás e que, enfim, se não na totalidade, pelo menos em grande parte, é responsável por essa possibilidade, por que isso possa acontecer, é perfeitamente

desconhecido pelas pessoas, como processo, como procedimento, como é que se chega lá. Qual é o trabalho que está a implicar por trás! Só muito parcialmente é que as pessoas têm consciência disso. Qual a pessoa que doou aquilo, que fez o tal contacto...

Mesmo o público de quem falamos quando falamos em acções de comunicação, não faz a menor ideia. Perde o público porque desvaloriza isso, perdemos nós porque desvalorizamos o nosso trabalho, porque não o damos a conhecer, e desvalorizamos o trabalho do Museu porque as pessoas não têm consciência de uma parte desse trabalho. Têm aquilo que vêem, e o que vêem são as actividades de comunicação, não vêem outros trabalhos, se não arranjarmos forma de mostrar. Claro que pode dizer: "mas faça uma exposição ou escreva livros ou guiões sobre o trabalho de inventário". Mas eu acho que não é por aí.

E.C.: Idealmente também teríamos todo o nosso acervo disponível *on-line*. Todo arrumadinho... e para isso é fundamental as tais condições físicas, de pessoal e de conhecimento.

5.4. E no caso da componente imaterial do PFM? Poderiam ampliar a resposta que foi saindo até agora, ao longo dos vossos discursos?

5.5. Como transformavam o seu Museu num lugar ideal para o público em geral? Refiram mais especificamente as questões que envolvem contactos e relacionamentos com a população envolvente.

A.D.: Melhorar os instrumentos que temos para lidar com essa realidade.

A que se está a referir, mais concretamente?

A.D.: Aos suportes de informação...

Como, por exemplo, poder fazer registos de diversos tipos?

A.D.: Exactamente. Poder depois trabalhar, do ponto de vista técnico, esses registos, mas falta do ponto de vista do tratamento, como depois da disponibilização. Acho que precisamos de melhorar os instrumentos de trabalho com o imaterial.

E.C.: E já agora, há o imaterial relacionado com o marítimo, idealmente, talvez era bom ter uma equipa mais vasta que pudesse registar ainda testemunhos de pessoas que, talvez, são na maior parte doadores e que já estamos a falar de uma comunidade muito envelhecida. Eu própria tenho, às vezes, um pouco este receio de que se vão perder histórias. Vamos tentando fazer de facto mas que...

A.D.: Desse ponto de vista, estou a lembrar-me de uma profissão que não só na nossa área mas também nas outras, que também nos falta gente da comunicação. Só me lembrei agora.

E onde é que encaixavam esse tipo de pessoas?

A.D.: No trabalho com a comunidade, no processo e depois na fase da comunicação. Se bem que aí é mais fácil resolver.

E a quem se referem quando falam de gente da comunicação?

A.D.: Eu acho que o exemplo que mais se aproxima são as pessoas da Antropologia, que aprenderam, que sabem como lidar com pessoas, como fazê-las falar daquilo que elas querem e daquilo que elas não querem mas interessa que falem.

Isto por um lado. Por outro, pessoas que tenham características - até físicas - de comunicar, de se transformar para comunicar, como têm, por exemplo, o pessoal do teatro, como têm as pessoas das áreas de comunicação mais artística. Se bem que eu ache que faz mais falta a comunicação naquela área que eu disse: saber lidar com as pessoas, comunicação social. Digo eu, pessoalmente, porque se eu fosse fazer trabalho de campo, não sendo de Antropologia, é normal que eu não saiba fazer, e vocês, por exemplo, saberão fazer. Mas eu, se calhar, registo coisas que vocês acham perfeitamente inúteis e esqueço-me de outras que não, porque eu não tenho essa metodologia de trabalho, neste sentido de saber organizar a informação, saber qual é prioritária e qual é secundária.

Então podemos concluir que, o que faziam era envolver a comunidade em várias das partes do processo...

A.D.: Sim, e alargar o corpo de técnicos e de registos.

Então, o trabalho com a comunidade local aparecia em todas as fases que referiram no circuito de inventariação e acabava aqui...

A.D.: Só acaba aqui porque estamos a falar de inventário, mas depois tem a comunicação, ou seja, voltamos ao princípio.

Então acham que a comunidade local aqui também devia estar presente?

A.D.: Na comunicação? Claro, quando se expõe... mas aqui, estou a falar do objecto, o objecto vai para a exposição e ele leva uma determinada exposição, um registo com ele. Mas esse registo é passivo, ele pode ficar activo - como comentou a Elisabete em relação ao Marcolino Xavier e a medalha - se o papel da comunidade for activo nesta fase da comunicação.

Ou seja, acaba por ser circular.

F.F.: Posso dar um exemplo? Acho que consegue explicar-se melhor. Por exemplo, nós temos muitas fotografias ali, na exposição das caldeiras, que são fotografias de antigos trabalhadores da Mundet, pessoas que não conhecemos. E muitas vezes tem-nos aparecido na exposição visitantes que dizem: Olha, estou ali naquela fotografia! Minha mãe está ali naquela fotografia!

A.D. e F.F.: E é saber aproveitar isso. Porque muitas vezes nós não conseguimos. Pronto. Ficamos com os dados da pessoa, o pessoal da exposição acaba por dialogar um pouco com a pessoa. Mas depois, acabamos por não dar continuidade a esse trabalho com a comunidade na altura dessa exposição. Quando isso se podia fazer nas tais condições ideais de que estávamos a falar e retornar ao princípio através do próprio objecto.

Ou seja, a comunidade local podia participar em tudo. Neste momento a comunidade local participa aqui, no acto da recolha, porque vocês já têm consciência de que só através deles é que vão ter acesso a um determinado conjunto de conhecimentos. E depois, quando há condições também aqui (Inventário digital?).

A.D.: Também. E aqui (Comunicação)

## 6. A gestão do conhecimento.

6.1. Falem-me do sistema de documentação e gestão da informação relacionada com o espólio do Museu, referindo em especial:

- Os critérios de selecção utilizados na escolha do sistema.
- A denominação do sistema utilizado e os objectivos pretendidos pelo Museu;

F.F.: O sistema que nesta altura utilizamos é um sistema de gestão integrada que a empresa comercializa, é a *Mobydoc*, é francesa. Eles dão o nome a aquela aplicação de *Mum*.

Sendo uma empresa francesa, tem representação em Portugal?

F.F.: Não, já teve representação em Espanha, mas agora a representação acabou. Agora ligamos directamente à sede, em França.

De que ano estamos a falar?

F.F.: Eu não estava cá nessa altura, ou não ligava com esses aspectos nessa altura. Isto já é anterior a 2000, quando iniciámos. Isto há-de estar numa dessas documentações, mas pronto.

Isto, e vou ao primeiro ponto dos critérios de selecção utilizados na escolha, era que nessa altura também pouco havia a nível nacional em termos de aplicações de inventário.

De qualquer forma o programa *Matriz* já estava a funcionar...

F.F.: Nessa altura, não estava. Quando começaram os contactos com esta empresa, não estava.

Mas as primeiras versões do *Matriz* vêm à luz em 93/94...

F.F.: Mas não estava comercializado...

E.C.: E era aquilo que eu dizia lá na Trindade. As primeiras versões do *Matriz* eram muito arcaicas. Portanto, na altura, este sistema era muito mais completo.

Respondia melhor as vossas expectativas.

A.D.: Sim, e na altura o *Matriz* precisava de um servidor descomunal, que nós não tínhamos. E não estava disponível, mesmo que quisesse-mos não o podíamos utilizar.

Estamos a falar de meados dos anos 90...

A.D.: Entre meio de 90 e finais.

Portanto, a informatização da documentação associada ao património do EMS tem início em...

A.D.: Não, o início é anterior. Anteriormente a esta aplicação informática nós tivemos uma outra, mais doméstica, que era feita num programa de *Filemaker Pro*.

Que é que teve início em finais de 80?

F.F.: Sim, isto deve ter sido em finais de 80, inícios de 90.

Aqui neste texto que a Lorena tem (Raposo, 2008) está tudo isso. Tem as datas.

Então, o sistema actual tem, pelo menos, 15 anos de vida aqui no vosso Museu.

A.D.: Sim, tem é problemas na fase da implantação.



F.F.: Por que é assim: os primeiros contactos são anteriores a 2000, como estávamos a falar, mas realmente, entendemos que a implementação já foi mais tarde. Demorámos bastante tempo, também em termos de burocracia, a implementar o sistema no Museu. Portanto, sistemática e regularmente a ser utilizado, em 2002.

Tivemos também muito trabalho em termos de tradução dos campos e...

*Ou seja, a empresa não facilitou uma versão portuguesa...*

F.F.: Não, nós tínhamos uma versão portuguesa, mas vinha com alguns defeitos de tradução, digamos assim. E portanto, nós depois acabámos por trabalhar directamente com a empresa em termos de corrigir alguns termos.

E os objectivos tiveram muito a ver com os critérios de selecção deste sistema e acho que, na altura, priorizámos a integração de toda a informação.

Portanto, nesta altura, o sistema integra numa única aplicação, ou digamos, num único *interface*, o utilizador possa aceder à informação sobre o objecto, à informação do sítio de recolha desse objecto, à documentação fotográfica e à informação e referências bibliográficas e outros documentos referentes a esse objecto. Portanto, numa única aplicação, conseguimos congrega toda essa informação e acho que esse foi um dos critérios de selecção e um dos grandes objectivos pelo qual seleccionámos esta aplicação.

A.D.: A vantagem não é só do ponto de vista do utilizador mas também para nós. Disso fala melhor a Fernanda do que eu, porque o catalogador, independentemente do que é que está a alimentar, de informação, de bibliografia, de fotografia, de acervo, de sitio, do quer que seja, recorre sempre à mesma tabela de referência e ficheiros. Portanto não tem que digitalizar, não tem que procurar. Só tem de ligar-se a onde está essa informação.

*Sendo uma base de origem francesa, trabalha a partir de alguma norma documental de origem internacional?*

F.F.: Eles trabalham com normas internacionais. Por exemplo, eu posso falar da referência bibliográfica que temos no Centro de Documentação, a *International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications* (ISBD). Trabalham também com as normas do International Council of Museums (ICOM) e também ao nível de fotografia utilizam normas de arquivista e outras.

*- A sua utilidade (a nível interno e externo ao Museu), possibilidades de trabalho em rede com museus da mesma temática e com museus em geral, preparação da exposição...;*

F.F.: Eu queria acrescentar aqui na utilidade a questão do trabalho em rede porque a base, as pessoas que nós referimos nos pontos anteriores, trabalham ao nível do inventário de acervo, mas nós temos outras pessoas que trabalham ao nível do Centro de Documentação, que alimentam este sistema ao nível das referências bibliográficas e ao nível da fotografia, e todas essas pessoas trabalham, tal como a Ana dizia, com os mesmos termos, com as mesmas tabelas, o que permite que os conceitos sejam uniformizados para todos os serviços do Museu que utilizam essas bases de dados. Facilita o trabalho em rede e uniformiza também os critérios tanto de uma área como de outra. Principalmente do Centro de Documentação e do Serviço de Inventário, que são os que mais trabalham.



Portanto, existe circulação da informação dentro do Museu entre os profissionais e quem quer preparar uma exposição tem acesso aos dados na sua totalidade.

F.F.: Sim. Nós temos níveis de acesso. Nessa altura, um grupo de trabalho definiu níveis de acesso. Portanto temos o nível do administrador, aí somos dois. Depois, temos também o nível dos catalogadores ou inventariantes que preenchem os registos na Base de Dados. Depois, temos o outro nível de utilização, que são os utilizadores.

O público?

F.F.: Não, são os outros técnicos do Museu. Quem vem de fora consulta as Bases de Dados com acompanhamento técnico, enquanto não disponibilizamos o catálogo em linha.

A.D.: Que era outra das vantagens, porque nós comprámos esta base também pela disponibilização do *interface* para a *Web*, coisa que na altura não havia em nenhum lado.

E relativamente ao público?

F.F.: O público, neste momento, tem acesso às bases de dados localmente, quer aqui (sede do EMS na MUNDET), quer na Quinta da Trindade, e é sempre feito com mediação de um técnico.

Ou seja, que não há informação disponível ao público fora do Museu.

A.D.: Não, isso é um objectivo, que é disponibilizar as colecções num *interface* - não sei se é assim que se chama - (F.F.: é *OPACWeb*) em que nós eliminamos os campos que não pretendemos que sejam públicos e deixamos aquilo que queremos que as pessoas vejam.

- A possibilidade de actualização do sistema e dos dados nele contidos;
- Os custos aproximados que envolve a sua aquisição e manutenção.

6.2. O que mudava/acrescentava ao sistema para ele desenvolver a sua função de forma mais dinâmica e acessível, na preparação de exposições relacionadas com o PFM?

A.D.: Precisamos de melhorar a articulação das bases.

Para já, a vertente da disponibilização pública...

A.D.: Sim, essa é prioritária... que já está atrasada.

Há alguma previsão?

F.F.: Pronto, seria para este ano. Estávamos a tentar que fosse no ano passado e não conseguimos. Portanto, estamos a tentar que seja para este ano.

No início, será sempre sem disponibilizar as colecções por completo, serão pequenos conjuntos que já estão tratados, serão disponibilizados via *internet*.

Já estão pequenos conjuntos tratados: no caso da fotografia seria um conjunto relacionado com a Quinta do Rouxinol, fotografia da olaria romana, e no caso das referências bibliográficas são aqueles registos mais recentes que estão completamente preenchidos.

A.D.: Aliás, esta é uma das razões porque escolhemos a base e também pelas suas possibilidades de actualização regular.

Regular?

A.D.: Anualmente. Aliás, por norma eles mandam-nos duas actualizações anualmente do sistema e querem que nós mandemos as coisas e estão atentos ao nosso *feedback* acerca de limitações, de obstáculos...portanto, incluindo acrescentar, no sentido de concluir campos novos. Portanto, a empresa criou encontros de utilizadores. E umas vezes vai-se e outras não, por razões óbvias, não é?

F.F.: Mesmo não indo, temos contactos regulares, quando existem erros, quando precisamos de algum termo que não está traduzido.

A.D.: O que podemos melhorar é mesmo isso, continuar a trabalhar com eles, para melhorar algumas ligações como, por exemplo, ser possível a imagem móvel, ou seja, melhorar as potencialidades da base e das articulações entre as bases.

F.F.: Há uns anos atrás, a única possibilidade era pôr uma imagem digital anexa à ficha do objecto. Neste caso, agora é-nos permitido pôr documentos de texto em pdf, daí eu estar a dizer que não sei se não será já possível estar a pôr outro tipo de ficheiros áudio ou imagem em movimento.

Sendo este um caso fora do normal, pelo menos ao nível dos museus que foram abordados neste estudo sobre inventário, por acaso sabem de alguma outra instituição portuguesa que utilize a mesma base de dados?

F.F.: Havia Vila Franca de Xira e Tondela, mas Vila Franca já não a usa.

Ao que sabemos, quero dizer, nem sei se ela chegou a ser comercializada quando cá chegou.

Por tanto, comunicação entre museus não há. Com os museus franceses utilizadores desta base também não?

F.F.: Não. A empresa tem um fórum. Nos estamos inscritos desde que ela cá chegou e portanto podemos ter a comunicação por essa via. Mas não tem sido regular.

A.D.: Só porque não temos tempo.

## 7. A experiência da entrevista realizada.

Gostava de saber o que é que acharam da entrevista realizada. Acrescentavam algum outro dado que não tenha surgido ao longo da conversa? Qual? Obrigada.

A.D.: Não, não temos. Estamos à sua disposição se tiver dúvidas depois.

**Obrigada!**

**Outras informações relacionadas com os dados completos e actualizados que guardam relação com o perfil socioprofissional das pessoas que intervêm na área do inventário do EMS.**

**Respostas obtidas através de visitas ao Museu e também mediante correio electrónico e contactos telefónicos, com a colaboração de Adelina Domingues e Jorge Raposo ao longo de 2010 e 2011.**

**5.2. Indique-me alguns dados sobre o pessoal relacionado com a função da inventariação no contexto deste Museu, referindo por exemplo:**

**Número total de pessoas de género Feminino: 9**

**Faixa etária**

36-45: 5

46-55: 4

**Formação**

Licenciatura em Antropologia, mestrado em Museologia e Património: 1

Licenciatura em História, pós-graduação em Química aplicada ao Património Cultural: 1

Licenciatura em História, mestrado em Historia das Ciências Documentais: 1

Licenciatura em Antropologia, mestrado em Antropologia: 1

Licenciatura em Antropologia: 1

Licenciatura em História, mestrado em Museologia: 1

Licenciatura em História: 2

Licenciatura em Geografia: 1

**Experiencia anterior em inventário**

Média: 2

Pouca: 1

Nenhuma: 6

**Condições de trabalho**

Funcionárias: 8

Contrato de avença: 3 (dos quais 2 a tempo parcial)

**Rendimento mensal bruto**

Letra B: 2

Letra C: 4

Letra D: 2 (dos quais, 1 com encargos fiscais/sociais por conta própria)

Letra E: 1

**Número total de pessoas de género Masculino: 2**

**Faixa etária**

26-35: 1

36-45: 1

### Formação

Licenciatura em Arqueologia, a frequentar mestrado: 1  
A frequentar licenciatura: 1

### Experiencia anterior em inventário

Média: 1  
Nenhuma: 1

### Condições de trabalho

Funcionários: 2

### Rendimento mensal bruto

Letra B: 2

## Outras informações relacionadas com o SGC do EMS, obtidas com base no texto “Sistema de informação e preservação do património cultural e museológico.” (Raposo, 2007)

### 1º Sistema

Inventário de colecções em suporte digital desde 1991 com *software Filemaker Pro*

Migração de inventário manual e alimentação até 2002.

Total 10.447 registos

### 2º Sistema

#### 1ª Fase

Identificação necessidade e pesquisa de mercado em finais da década de 1990 tendo como critérios de selecção prioritários:

- Adaptação à diversidade de colecções
- Capacidade de integração de vários níveis de documentação
- Respeito de normas nacionais e internacionais
- Linguagem de programação actualizada e compatível
- Adequação ao funcionamento em rede
- Facilidade de exportação e divulgação da informação

#### 2ª Fase

Ano 2000: estudo de condições de aplicação *Mobydoc* e metodologia de migração

Posteriormente:

- Definição de critérios de utilização
- Criação de linguagem controlada
- Formação equipa técnica (catalogadores)
- Criação de grupo de trabalho interno multidisciplinar (critérios de aplicação, elaboração de manual, testes funcionalidade/migração, resolução questões...)

Estrutura do SGC do EMS:

*Mobydoc- Gestion informatique documentaire* (<http://www.mobydoc.fr>)

*Micromusée*: gestão de colecções museológicas

*Mobydoc Photo*: gestão de colecções fotográficas

*Mobytext*: gestão documental

*Mobydoc Archi*: gestão de bens imóveis

*Mobydoc MUM*: sistema de informação global

*OPACWeb*: divulgação Intranet e Internet

### **Outras informações, relacionadas com o SGC do EMS.**

**Respostas obtidas, ao longo de 2010 e 2011, através de correio electrónico e por contactos telefónicos, com a colaboração de Adelina Domingues e Jorge Raposo.**

- Em 1988 teve lugar a primeira recolha oral. Estava relacionada com património naval e costumes e deu lugar a 80 entrevistas actualmente digitalizadas
- O sistema não contempla até hoje secção dedicada à documentação de PCI e as fichas parecem conter escassa informação relacionada com esta dimensão do património cultural.
- As fichas relacionadas com o Moinho de Maré e com o Serviço de Património Industrial contêm registos áudio e vídeo de trabalho de campo, sobre diversas componentes relacionadas com PCI.
- Neste último caso, são feitas recolhas frequentes relacionadas com PCI, mediante a realização de entrevistas a antigos funcionários/as. Este projecto tem estado a ser desenvolvido pelas seguintes pessoas: Fátima Afonso, Fátima Sabino e Fátima Veríssimo.
- Na altura desta entrevista existiam também 300 registos orais, em suporte analógico, catalogados e disponíveis para consulta.

### **6. Os bens inventariados no SGC do EMS:**

- **Número de bens móveis com registo de entrada (até ao final de 2010):** 166.527
- **Percentagem com inventário informatizado (até ao final de 2010):** 13.110 (aproximadamente 8%) (*Mobydoc MUM*)
- **Número de bens com registo de entrada no âmbito do PFM:** cerca de 1.500.
- **Percentagem com inventário informatizado:** cerca de 700 (aproximadamente 45%).